

■ AUTARQUIA

Texto António Figueiredo

“A região ou cresce em conjunto ou desaparece em conjunto”



Duas torres eólicas pintadas pelos artistas plásticos Joana Vasconcelos e Whils, no meio da Serra da Nave (Serra de Alvite), chamaram a atenção da comunidade da arte para o concelho de Moimenta da Beira. O presidente da Câmara, José Eduardo Ferreira, quer tirar o máximo proveito desta “dádiva” para promover o território e os produtos da região. Rejeita que autarquia tenha gasto demasiado dinheiro para apoiar o projeto, “porque em lado nenhum se faz arte com apenas 25 por cento de apoio público”. Com as finanças do município cada vez mais em dia, recusa subir o IMI, como lhe impõe a DGAL, e não entra no campeonato dos fundos comunitários nem da captação do investimento. “Devia ser proibido os concelhos andarem a tirar coisas uns aos outros”, afirma com convicção

Vamos começar a nossa conversa pela mais recente novidade de Moimenta da Beira, as torres eólicas pintadas. Como é que o concelho vai tirar proveito dessa intervenção artística?

Temos feito um esforço para ligar os nossos produtos à cultura. Temos a consciência que num mundo global o que nos pode distinguir é a nossa cultura. A cultura local ou uma cultura, como é o caso, mais abrangente. Ter no nosso território obras de dois artistas plásticos reconhecidos mundialmente é um fator que nos vai ajudar em dois aspetos: primeiro dar notoriedade ao nosso concelho e aos nossos produtos através da arte; segundo, constituir a partir das torres eólicas pintadas um conjunto de fatores de atratividade que possibitem chamar ao concelho mais visitantes.

Há alguma estratégia para segurar por mais algum tempo no território os turistas que venham ver as eólicas pintadas?

O nosso desenvolvimento não assenta no turismo mas quem vier visitar as eólicas pode e vai fazer aquisições em Moimenta da Beira. Vamos realizar “workshops”, para o público em ge-

ral, com os artistas que pintaram as eólicas. Vamos levá-los às escolas para os mais novos valorizarem a arte. Poderemos usufruir desta realidade é muito raro nas terras do interior. Vamos tirar o melhor proveito dela. Está em estudo a possibilidade de com os nossos parceiros neste projeto se fazerem outras intervenções e criar no nosso concelho um “cluster” de arte urbana. Quando surgem estas novidade há sempre dúvidas. Tivemos a sorte de ter no nosso território duas obras desta dimensão a um preço quase insignificante para o município...

Há quem não concorde. O vereador do CDS diz que os 40 mil euros gastos pela autarquia foi muito...

A leitura que eu faço é outra. Eu não considero muito quando se faz arte desta qualidade com apenas 25 por cento de financiamento público, que foi a comparticipação da autarquia. Quem dera que a cultura e a arte em Portugal se fizesse sempre com apenas 25 por cento de dinheiros públicos. Eu tenho muita esperança que a nível internacional quem se dedica a este tipo de arte possa vir a Moimenta da Beira e por cá

passar uns dias. Vamos organizar circuitos de visita no concelho onde as torres eólicas pintadas são um dos locais a visitar. Este tipo de arte tem público e é um público com poder de compra. Nós temos obrigação de dar visibilidade aos nosso território e aos nossos produtos e é isso que estamos a fazer.

As torres pintadas já o tornam mais amigo dos parques eólicos?

Os parques eólicos têm alguns inconvenientes que lamentamos. O que me compete é potenciar as vantagens e diminuir as desvantagens. As decisões não podem ser tomadas por nós pessoalmente gostarmos mais ou menos seja do que for. Temos é que servir da melhor forma as populações...

As receitas financeiras dos parques eólicos para as autarquias, câmara e juntas de freguesia, são muito importantes...

Não vale a pena esconder isso. As receitas são importantes para as autarquias, para as comissões de compartes dos baldios, também para os particulares que alugam os terrenos onde as torres são instaladas. Em regiões como a nossa não há investimentos que tenham o retorno financeiro como o dos parques eólicos. Se ao longo dos últimos anos tivesse existido igual retorno com a produção de energia hídrica, feita no nosso concelho, com a barragem do Vilar, as nossas terras eram completamente diferentes. O retorno financeiro da barragem do Vilar foi zero ao longo dos 50 anos que já leva de atividade. Durante os próximos 20 anos o parque eólico dá milhões de euros de receita que vão ser aqui investidos. Temos é que os investir bem.

Teve recentemente em Moimenta da Beira a responsável pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior. Disse na altura que acredita que é desta que vai haver uma estratégia para o interior. É uma profissão de fé por ser um Governo socialista?

A esperança é última a morrer. Como no interior temos alguns territórios de tal maneira abandonados, quase num ponto de não retorno, agarro-me ao que existe. É o que existe agora é esta Unidade de Missão para o Interior. O programa do atual Governo tem uma série de boas medidas para o interior e eu não estou disponível para as desacreditar antes do tempo. Era o que faltava sermos nós, que reclamamos medidas para o interior, dizer desde logo que não vão resultar.

Com a sua experiência, o que é preciso fazer para valorizar este interior e sairmos da quase situação de não retorno?

É indispensável que se mantenham serviços públicos à dimensão dos territórios. Não se pode obrigar as pessoas a percorrerem dezenas de quilómetros para terem acesso aos serviços de saúde e os seus filhos terem uma escola. Se assim for ninguém fica a viver nessas terras.

Então andou-se mal em quase todos os concelhos a fazer grandes centros escolares...

Não se pode generalizar tanto. Os centros escolares têm alguma virtualidade mas não se podem fazer os mesmos centros escolares para populações de baixa densidade como se faz em grandes aglomerados populacionais. É errado dizer que não pode haver escolas com poucos alunos em determinadas



JOSÉ EDUARDO FERREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA

comunidades. Às vezes a opção é entre ter uma pequena escola ou a população deixar de existir. A organização escolar foi feita só a pensar nos números e sem olhar para as regiões. Esse é que foi o erro. Criar as melhores condições para os alunos é fundamental. Mas não pode ser feito do mesmo modo em todo o país.

Captar investimento tem sido a palavra de ordem de muitos autarcas neste mandato. No Norte do distrito essa captação de investimento é sempre mais difícil. Em Moimenta da Beira não se tem ouvido falar em investimento, não entra nesse campeonato?

Faço todos os dias o melhor que posso para ajudar as organizações do meu concelho. Não o faço é num campeonato. Não acredito no campeonato de uns contra os outros. Temos uma região que cresce em conjunto ou desaparece em conjunto. A ideia de que Moimenta da Beira pode crescer esvaziando os concelhos vizinhos é um erro. Isso é do passado e que muito nos diminuiu.

Gostaria que fosse do passado, mas não é. Assistimos a muitos autarcas darem mais um pouco que o vizinho para atrair investimento...

Quando digo do passado é porque não terá futuro. Nós somos tão pequenos que se não nos juntarmos dificilmente concretizaremos os grandes objetivos que têm que ser de todos. Devia ser proibido os concelhos andarem a tirar umas coisas aos outros. Devia ser obrigatório juntarmo-nos para decidirmos o que queremos e onde.

Isso era o ideal. Mas ainda recentemente na escolha dos projetos com apoio do próximo quadro comunitário de apoio a “luta” foi acesa entre os municípios na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro)...

Temos um bom relacionamento e reconhecimento legitimidade para que cada município tente proteger os seus próprios interesses. O sistema é que tem que ser alterado. Não podemos querer uma política regional e ser julgados a nível local. Isso só se resolve havendo uma entidade supramunicipal que seja responsável por essa política regional. As CIM não podem ser simples organismos de gestão dos fundos comunitários. Se assim for quando os fundos comunitários se extinguirem as CIM ficam sem competências. O programa do Governo devia ter ido mais longe nas competências das CIM tal como o foi para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Lamento que a regionalização não tenha sido feita na altura que devia. Hoje já todos percebemos que foi um erro.

O quadro comunitário 2020 continua a ser uma frustração?

Porque continua a obedecer a um desenho centralista. Tenho apelado ao Governo que o transforme num quadro de coesão e que corte com o centralismo.

O que coube a Moimenta da Beira do quadro comunitário 2020?

Não quero individualizar porque esse não é o caminho...

Mas há projetos específicos para cada município....

Vamos ter, como outros municípios vão ter, investimento em regeneração urbana, em educação. Espero inverter a tendência de se olhar pouco para os meios de produção agrícola. Vou fazer um grande esforço para que os dinheiros da Europa e da República cheguem aos meios de produção, através de caminhos agrícola, eletrificações rurais, modernização das organizações de produtores. No fim deste quadro comunitário ficarei feliz se houver pouco investimento feito pelo município e muito investimento realizados por outras instituições e empresas do concelho. Temos de criar instrumentos para que todas as empresas e instituições possam aceder os fundos comunitários. Isso não está garantido. Não se pode exigir projetos de grandes gabinetes de estudos para pequenas unidades de produção. Seria fácil o município apresentar projetos que consumisse os fundos disponíveis. Eu para isso não estou disponível. O que importa é que as verbas sejam canalizadas para o que é mais importante no território. As instituições e as empresas também são responsáveis pelo desenvolvimento do concelho. Temos é que lhes dar as condições para o fazerem. E não é desresponsabilizar o município. O ano de 2015 é o de maior concretização de fundos comunitários no município.

Essa reserva em assumir projetos do município tem a ver com a dificuldade financeira da autarquia quanto à comparticipação da autarquia nesses mesmos projetos? Não. Felizmente estamos mais folgados. A dívida hoje é quase metade da que era há meia dúzia de anos. Cumprimos os limites de endividamento. Deixámos de ser o concelho que não cumpria nada. Hoje cumprimos tudo. Isso não significa que acabaram as dificuldades financeiras. Em 2016 vamos pagar 650 mil euros de juros e empréstimos. Ainda é muito, mas há dois anos o serviço da dívida era de quase 1,5 milhões de euros. É preciso manter o ritmo. Há seis anos o município tinha 25 empréstimos. No final de 2016 só vamos ter sete. Neste momento a dívida da câmara municipal em empréstimos é a mais baixa desde que há registos feitos desta maneira (2002). É uma liberdade enorme para quem quer que seja que venha a gerir o município. É um egoísmo inqualificável pensar que no seu tempo se vai fazer tudo e que por isso pouco importa a dívida que se vai deixar para o futuro.

Esse alívio das finanças do município possibilita a baixa do IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis?

Em 2016 vai haver uma redução do IMI na ordem dos 20 por cento por causa das reavaliações e revisão dos coeficientes de localização. Esta redução é igual à que se conseguiria se a taxa fosse para

o valor mínimo. O que interessa às pessoas é quanto pagam. Se é de uma maneira ou de outra isso pouco importa a não ser para nos entretermos uns aos outros sobre o aumento ou redução da taxa. Eu sou talvez o único autarca do país que me recusa a subir o IMI de 0,4 para 0,5, a taxa máxima, como exige a Direção Geral das Autarquias Locais por causa do empréstimo que foi concedido ao município. Nós temos razão para não subir a taxa mas se continuarem a dizer que temos que a subir em 2017 pagaremos a totalidade do empréstimo do concedido através do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Eu não vou subir a taxa do IMI como me querem obrigar.

Reclama a construção do IC26, Lamego, Moimenta da Beira, Trancoso, mas o quadro comunitário diz que Portugal já tem estradas que cheguem...

É um erro. E isso que foi permitido pelo anterior Governo tem que ser alterado. Só quem não conhece o território é que não percebe que ainda há muita coisa para fazer na área das acessibilidades. As empresas do meu concelho do que mais se queixam é estarem longe das vias rápidas. Não queremos uma autoestrada, mas queremos uma via um bocadinho mais rápida. Não há nada que não justifique a construção do IC26 assim como do novo IP3 Viseu - Coimbra. Houve exageros, dizem. Que se evite no futuro.

Quase a terminar o segundo mandato de que mais se orgulha ter feito?

Da paz social que se vive no concelho. Cabemos cá todos dentro das nossas diferenças. Respeitamos o que cada um pensa. Ninguém tem medo de ninguém. O município é um facilitador. A câmara nunca se mete em nada, mas estará presente onde as pessoas quiserem que esteja.

O que o motiva cumprir um terceiro mandato?

A candidatura não é minha. Isso ainda tem que ser avaliado. O que me motiva a trabalhar todos os dias é sentir que estamos perante uma oportunidade única de se fazer alguma coisa.

É por essa sua vontade que a oposição tem dificuldade em arranjar alguém que o queira enfrentar nas próximas eleições?

Há muita gente para ser alternativa. Muito mau seria não haver candidatas a quererem gerir o concelho. Estamos muito longe disso.

O que gostaria de concretizar até ao fim do mandato?

Iniciar a construção das barragens para regadio e criar condições para reforçar a capacidade de frio (câmaras frigoríficas para a fruta). Com as organizações de produtores gostaria de iniciar um processo sólido de internacionalização e industrialização dos nossos produtos.